

Sábado, 04 de Julho de 2026

Assembleia Legislativa sedia reunião da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica em Cuiabá

Órgãos públicos e instituições parceiras discutem estratégias integradas para proteção de mulheres vítimas de violência

A Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa de Mato Grosso realizou, na última sexta-feira, encontro importante da Rede de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar de Cuiabá. No Auditório Milton Figueiredo, reuniram-se representantes do Poder Judiciário, órgãos governamentais e organizações sociais para sincronizar metodologias, potencializar o atendimento às mulheres em risco e consolidar a colaboração na luta contra a violência de gênero.

A subprocuradora especial da Mulher, Francielle Brustolin, enfatizou que a iniciativa demonstra o compromisso institucional da Casa Legislativa em defender direitos femininos e manter diálogo permanente com entidades protetoras. Conforme sua avaliação, a coordenação entre organismos reduz obstáculos para acesso aos serviços de proteção, acelera referências entre instituições e melhora a qualidade do acompanhamento às mulheres que sofrem agressões.

Brustolin informou que a Procuradoria realiza aproximadamente 450 consultorias anuais e que a instituição já contribuiu para estabelecer 48 subprocuradorias em municípios do estado, além de implementar programas educativos como a Rota do Respeito.

A juíza Tatyana Lopes de Araújo Borges, que coordena a rede de proteção local, explicou que os encontros ocorrem bimestralmente e contam com participação de cerca de 40 a 50 instituições diferentes. Os encontros servem para avaliar procedimentos de atendimento, potencializar campanhas educativas e estruturar iniciativas conjuntas de proteção às vítimas.

Na pauta da reunião esteve o planejamento de atividades para agosto, mês que concentra campanhas de sensibilização em alusão ao aniversário da Lei Maria da Penha, marcante legislação de proteção às mulheres.

A promotora de Justiça Claire Vogel Dutra ressaltou que o combate à violência conjugal demanda articulação entre órgãos de proteção, polícia, magistratura, sistema de saúde, redes educacionais, assistência social e movimentos comunitários. Para ela, essa sinergia institucional aumenta a credibilidade das mulheres nas autoridades e potencializa o rompimento do ciclo abusivo antes de situações mais críticas emergirem.

Vogel Dutra também defendeu que a educação familiar e escolar, aliada ao enfrentamento da misoginia, são pilares para reduzir abusos contra mulheres. Ela argumentou que a construção de uma sociedade mais equitativa requer envolvimento de instituições governamentais, associações comunitárias, lideranças religiosas, comunicação social e população em geral, possibilitando que mulheres encontrem respaldo para denunciar situações de violência e exercer seus direitos fundamentais.